

# COOPERATIVAS ESCOLARES: O COOPERATIVISMO EM PRÁTICA PARA UMA EDUCAÇÃO INTEGRAL

William Pollnow <sup>1</sup>  
Delci Cleonice Bender <sup>2</sup>  
Fernanda Herbertz <sup>3</sup>  
Elisete Regina Groff <sup>4</sup>

## RESUMO

A atualização das práticas pedagógicas é tema constante no meio educacional. No cenário brasileiro, sabe-se que grande parte das escolas atua de forma basicamente analógica e não consegue desenvolver as habilidades necessárias ao estudante na atualidade. Esse contexto torna ainda mais relevantes iniciativas como as Cooperativas Escolares – um movimento de estudantes que almeja oferecer oportunidades para o desenvolvimento de dimensões como liderança, empreendedorismo social, educação financeira e inclusão social. Neste artigo, o foco é o Programa fomentado pelo Sicredi, com análise específica do recorte regional do Vale do Rio Pardo/RS. A base teórica que sustenta o projeto é amparada nas ideias de estudiosos como Dewey e Freinet, além da relação com as metodologias ativas, salientando a importância da educação integral. Assim, estimula o protagonismo, a aprendizagem prática e a democracia, com foco na vivência dos princípios e valores do cooperativismo.

**Palavras-chave:** Educação Cooperativa, Cooperativas Escolares, Educação Integral, Metodologias Ativas, Sicredi.

## INTRODUÇÃO

Este início do século XXI vem se apresentando com uma série de inquietações, sendo uma delas e mais impactante, a situação pandêmica por Covid-2019 que o mundo está passando. De fato, a humanidade se reconstrói mesmo em momentos tão difíceis como esse. Foi o caso da peste bubônica ou peste negra, a gripe espanhola, sem falar nas duas guerras, as quais arrasaram países inteiros, principalmente no Velho Continente. Olhando para o pretérito, vê-se que a adaptação é necessária. Talvez por hora traga grandes transtornos, mas também propicia tanto a reflexão quanto a organização da sociedade.

---

<sup>1</sup>Mestre em Ambiente e Sustentabilidade, UERGS, pollnowwilliam@gmail.com;

<sup>2</sup>Especialista em Língua Portuguesa, Universidade Barão de Mauá, delcibender.c@gmail.com;

<sup>3</sup>Especialista em Docência nos Anos Iniciais e na Educação Infantil, Faculdade Dom Alberto, nandaHerbertz@gmail.com;

<sup>4</sup>Especialista em Matemática, Faculdade Prominas, elisetergw@gmail.com.

Trata-se logo de tomar como exemplo a educação brasileira, totalmente abalada com a pandemia. Escolas e universidades, de norte a sul do território nacional, apresentam-se com aulas suspensas. Isso tudo na luta por uma causa nobre: salvar vidas! Sabe-se que os problemas no sistema educacional brasileiro são estruturantes (CURY, 2018) e se arrastam junto com a história do País. Vale lembrar que o sistema de ensino aqui opera em sua grande maioria na forma off-line, o que contribui para uma educação desconectada das tecnologias digitais e que, por sua vez, não acompanha a globalização.

Mas nem tudo está estagnado. Existem algumas ações, sejam elas de incentivos públicos ou privados, que fomentam a modernização do sistema educacional. Como no caso das Cooperativas Escolares, promovidas e apoiadas por uma instituição financeira que almeja no cooperativismo uma mudança de paradigma no conceito de educação.

As Cooperativas Escolares vinculadas ao Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) serão o foco desta discussão, pois a instituição criou, para ser lançado em 2020, um Programa específico e de identidade própria, com intuito de promover e capacitar os jovens através da educação cooperativa. Assim, objetiva-se, com este artigo, mapear e compreender a inserção das Cooperativas Escolares promovidas pelo Sicredi, em parceria com as instituições públicas e privadas de ensino, dialogando e refletindo acerca da metodologia utilizada pelo Programa. Assim, reconhecendo a oportunidade única desses estudantes de viverem uma experiência que lhes possibilite tornarem-se protagonistas na construção do seu próprio conhecimento.

Falar de Cooperativas Escolares não é de fato um tema novo. Mas vale a investigação deste movimento, que o Sicredi vem promovendo no estado do Rio Grande do Sul e objetivando sua disseminação por todos os estados da Federação em que se faz presente. Certamente elas impactam a educação, uma vez que idealizam o estudante como protagonista de seu aprendizado, rompendo, assim, com a transmissão de conhecimento do ensino tradicional (FREIRE, 1996).

Entretanto, para compreender a investigação que deu origem a este artigo, é necessário inteirar-se do movimento cooperativo em um sentido mais amplo, desde os seus primórdios. As cooperativas de consumo datam do século XVIII, sendo os primeiros registros na Inglaterra, em região conhecida como Manchester (SCHNEIDER, 2010). Foram criadas durante a Revolução Industrial por trabalhadores que discordavam das onerosas e exaustivas jornadas de trabalho - 14 a 17 horas diárias - e baixa remuneração.

O movimento cooperativista tem em sua raiz o envolvimento de seus integrantes e é definido por Schneider (2010) em uma palavra: solidariedade. De acordo com o autor, a educação cooperativa pode ser compreendida como um conjunto de ensinamentos que aborda valores, princípios e uma série de normas previstas pelo estatuto do cooperativismo. Deste modo, a educação cooperativa foca no desenvolvimento do cidadão, valorizando a consciência e sua responsabilidade para com a sociedade.

O cooperativismo possui entre os seus princípios a educação, formação e informação. Sendo assim, as Cooperativas Escolares buscam a educação de qualidade, promovendo aos seus integrantes uma oportunidade de formação para vida, favorecendo ainda maiores conhecimentos e permitindo que desempenhem papéis de liderança em suas comunidades. Entende-se que esse movimento pode complementar o plano educacional oferecido pelo Estado, através das experiências vivenciadas pelos estudantes nas oficinas durante o contraturno escolar, gerando múltiplos aprendizados.

Visando a aprofundar o conhecimento, justifica-se essa pesquisa que se utilizou de revisão bibliográfica e de conversas informais com parceiros do Sicredi, buscando trazer dados secundários do movimento na atualidade, bem como o histórico das cooperativas, desde o seu princípio na Europa até a migração para a América. Acompanhando o surgimento da primeira Cooperativa Escolar, a educação ganha protagonismo nesta discussão, podendo informar aos leitores deste artigo as contribuições desse Programa para a educação e a sociedade como um todo; também sobre sua metodologia, além de transparecer o impacto que ele traz para o ensino e a própria comunidade escolar. Certamente a escola é encarregada de promover o conhecimento às gerações presentes, pensando já o futuro. É sob essa visão que se acredita no espírito da cooperação aliado à realidade destes estudantes. Monserrát (1949) já afirmava:

E é entre estas instituições que vamos encontrar a COOPERATIVA ESCOLAR como instrumento efficientíssimo para a criança exercitar o *self-governement* no trato de questões relacionadas com a vida futura, bem como para preparar uma geração melhor que a precedente, numa escala ascendente de ensinamentos econômicos e de aprendizagem prática dos deveres e necessidade de solidariedade social (MONSERRÁT, 1949, p. 80).

O trabalho em equipe é um aprendizado para a vida, não importa o tema ou o objeto de aprendizado. A cooperação acompanha as pessoas nas mais variadas ações

que realizam, como no caso desta pesquisa, que necessitou dela para promover essa discussão. Na sequência será tratado sobre a metodologia utilizada para elaboração deste artigo.

## **METODOLOGIA**

Para a construção deste texto, fez-se necessária a utilização de vários mecanismos metodológicos, a fim de dar veracidade aos dados aqui apresentados. Deste modo, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e o contato com integrantes da instituição Sicedi, a fim de coletar alguns dados sobre as Cooperativas Escolares existentes até o momento da publicação desta obra, bem como pesquisas em plataformas digitais como o Scielo e A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com buscas pelas palavras Cooperativas Escolares, cooperativismo e educação cooperativa.

A reunião de todos esses dados traz embasamento para as discussões propostas aqui neste documento, que se apresenta com cunho qualitativo, embora no capítulo 1.4 sejam apresentados alguns dados secundários, conforme define Minayo (2011). Buscando ainda compreender e fundamentar os estudos supracitados, fez-se necessário buscar apoio teórico em autores que discutem a veracidade da pesquisa qualitativa. Deste modo, Demo (2008, p.64) indica que a “pesquisa se define aqui, sobretudo pela capacidade de questionamento, que não admite resultados definitivos, estabelecendo a provisoriamente metódica como fonte principal de renovação científica”.

Para compreender o processo de evolução do cooperativismo e o surgimento das Cooperativas Escolares, há o aporte em alguns autores: Monserrat (1949), Dahrendorf (1965) e Noronha (1976), estes com publicações ainda no século XX, mas necessárias para compreensão da evolução e chegada do movimento cooperativista nas Américas, em específico no Estado do Rio Grande do Sul.

Ao abordar as Cooperativas Escolares, especificamente, a discussão é sustentada nas ideias de estudiosos como Freinet, Dewey e outros autores alinhados aos conceitos das metodologias ativas. A partir desse embasamento, foi estabelecida uma discussão inserindo referências da atualidade, sendo elas da área da Educação, as quais permitem uma reflexão sobre a importância de trazer a realidade do estudante para dentro do espaço educacional.

Durante a pesquisa, foram primordiais muitas leituras e apontamentos em cadernetas com intuito de documentar os dados coletados, os quais serviram de aporte

para estruturação, fundamentação e discussão do artigo aqui construído. A partir de contato feito via rede social, com consentimento da publicação deste material, os entrevistados do Sicredi permitiram trazer os dados das Cooperativas Escolares, publicados no ano de 2019 durante evento realizado em Feliz/RS. As informações referidas trazem o número de estudantes envolvidos, de municípios parceiros e de Cooperativas Escolares que estão sob orientação do Sicredi.

Este estudo foi realizado durante os meses de janeiro a agosto de 2020, com reuniões periódicas entre os quatro integrantes desta pesquisa. Tendo em vista a situação pandêmica que o Brasil enfrenta desde março deste ano, as reuniões e discussões para construção dessa obra passaram a ocorrer de forma on-line, com apoio principalmente de aplicativos de comunicação.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Com intuito de aprofundar a discussão sobre a temática Cooperativa Escolar, optou-se por subdividir este campo em quatro capítulos. O primeiro traz o histórico do cooperativismo, desde os seus primeiros registros ainda na Europa. No segundo capítulo, buscou-se compartilhar o contexto pedagógico e a legislação que rege as Cooperativas Escolares. Na sequência, o 1.3 está voltado para os princípios metodológicos que sustentam o Programa. Por fim, o capítulo 1.4 apresenta alguns dados secundários acerca da expansão do Programa, com foco em municípios orientados pelo Centro Administrativo da Sicredi Vale do Rio Pardo.

### **1.1 O cooperativismo e seu percurso histórico**

Para falar de cooperativismo, é essencial retomar a história e compreender a evolução e a reconstrução da humanidade ao longo do tempo. De fato, a cooperação sempre esteve presente, acompanhando o homem desde o início de seu progresso. Vale lembrar que as civilizações mais antigas e pré-históricas já praticavam algum tipo de cooperação, seja na colheita, na irrigação ou até mesmo na construção de suas moradias (MONSERRÁT, 1979). Desta forma, enxerga-se um objetivo em comum, que pode ser destacado como cooperação.

Certamente o cooperativismo busca superar as dificuldades enfrentadas pela comunidade ou sociedade de forma geral. As primeiras cooperativas de consumo datam

do século XVIII, período em que a Europa passa por algumas crises, como exemplo a Revolução Industrial, sendo essa iniciada na Inglaterra, além da Revolução Francesa (MONSERRÁT, 1979).

Não se pode aqui, nessa discussão, afirmar acerca do surgimento da primeira cooperativa organizada, pois há registros de movimentos distintos na Europa com datas bastante próximas. Acredita-se que o princípio seja na Inglaterra, de acordo com os dados abordados por Schneider (2010). Há também indícios de organizações cooperativistas na França, movimento esse mais tímido e indicados por Polônio (2004). Também datam dessa época registros de cooperativas de crédito e de consumo organizadas na Alemanha, as quais buscavam apoiar produtores urbanos e artesãos. Todos durante o período da Revolução Industrial (SCHNEIDER, 2010).

Entretanto, retoma-se, neste artigo, a discussão sobre as cooperativas de consumo fundadas na Inglaterra, pois acredita-se que tal mobilização seja pioneira. Esse movimento cooperativo moderno urge durante a primeira fase da Revolução Industrial e estende-se entre os anos 1750 e 1850, numa tentativa de melhorar as condições de trabalho dos operários (DAHRENDORF, 1965). Nesse período, as leis trabalhistas e previdenciárias deixavam os trabalhadores desamparados, recebendo baixos salários, os quais sobreviviam em condições cruéis, além de não terem acesso à educação.

Assim, com a sociedade europeia passando por todas essas dificuldades, num povoado denominado de Rochdale, em Manchester, na Inglaterra, funda-se a primeira cooperativa de consumo, no final de 1844. Foi uma organização entre 28 integrantes, os quais realizaram diversas reuniões e optaram por abrir um armazém de vendas, baseado na filosofia cooperativista (SCHNEIDER, 2010). Essa experiência é tida como referência para o cooperativismo moderno, sendo que o grupo ficou conhecido como Sociedade dos Probos de Rochdale, ou ainda Os Pioneiros de Rochdale.

Logo cria-se o primeiro estatuto cooperativista, que de lá para cá passou por algumas atualizações, sendo a última realizada no 33º Congresso em Manchester, incluindo os desafios do processo da globalização e chegando, assim, ao modelo conhecido hoje (BALZAN, 2018).

Atualmente, são sete os princípios cooperativistas vigentes: adesão livre e voluntária; gestão e controle democrático; participação econômica dos sócios; autonomia e independência; educação formação e informação cooperativa; intercooperação; e o interesse pela comunidade (SCHNEIDER, 2010). Promovendo a discussão deste artigo, o foco será o quinto princípio, que trata da educação, formação e

informação cooperativa. É ele que impulsiona a reflexão sobre a importância da educação e aqui, principalmente, sobre as Cooperativas Escolares.

No cenário brasileiro, traçando um recorte para o estado do Rio Grande do Sul, observa-se um movimento acerca da fundação de Cooperativas Escolares realizado pelo Sicredi. De acordo com entrevistas informais, com representantes da instituição e um doutorando que realiza sua tese sobre o cooperativismo, o modelo aqui implantado é embasado no cooperativismo argentino. Isso é confirmado, também, pelo Guia das Cooperativas Escolares (SICREDI, 2019a), que cita a irmandade entre Nova Petrópolis/RS e Sunchales (Argentina) como um dos fatores determinantes à nova trajetória desse Programa.

A Argentina já possuiu em sua grade como componente curricular a educação cooperativa, como informa Drimer (1975 apud SCHNEIDER, 2010, p. 40). Considera-se que o modelo cooperativista possa ter sido introduzido aqui no Brasil através de visitas técnicas realizadas por gestores da instituição Sicredi à região de Sunchales, precursora do cooperativismo na Argentina, e posteriormente passando a ser cidade coirmã de Nova Petrópolis/RS, a capital nacional do cooperativismo no Brasil. Vale destacar que o município de Vale Verde/RS, localizado no Vale do Rio Pardo, vivencia também a experiência de oportunizar aos seus estudantes o conhecimento acerca do cooperativismo, através do componente curricular Estudos Cooperativos.

## **1.2 Cooperativas Escolares: legislação e organização metodológica**

As Cooperativas Escolares são um movimento de estudantes que acreditam no cooperativismo como uma possibilidade de transformar suas comunidades (MARINI; SILVEIRA; PACHECO, 2020). É um projeto realizado no contraturno escolar, porém sua prática envolve os diversos segmentos, tempos e espaços educacionais, alinhada a um ideal de educação integral. Tal movimento remete às ideias expressadas por Schneider (2010). Para o autor:

Tais ideias conhecidas da filosofia do Movimento Cooperativo, no qual considera-se a educação como uma meta, em que o importante não é educar por educar, mas sim envolver o homem na sociedade, de maneira que possua conhecimentos tanto em nível específico - identidade filosofia cooperativa - como em nível geral (SCHNEIDER 2010, p. 39).

Esse movimento já tem longa história no Brasil, tendo passado por várias transformações, até chegar-se à criação do Programa Cooperativas Escolares, lançado em 2020 - desenvolvido pelo Sistema Sicredi - com o objetivo de ampliar as oportunidades de aprendizado de crianças e adolescentes, vivenciando experiências dos valores e princípios do cooperativismo (MARINI; SILVEIRA; PACHECO, 2020).

A partir da concepção de uma metodologia diferenciada, a iniciativa almeja oferecer oportunidades voltadas para o desenvolvimento de dimensões como: liderança, empreendedorismo social, educação financeira e inclusão social. Essas oportunidades estão diretamente afinadas com a nova Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), que traz as 10 competências gerais para educação. Sendo elas: conhecimento; pensamento científico, crítico e criativo; repertório cultural; comunicação; cultura digital; trabalho e projeto de vida; argumentação; autoconhecimento e autocuidado; empatia e cooperação; responsabilidade e cidadania.

Os primeiros registros de Cooperativas Escolares no Brasil datam da primeira metade do século XX, especialmente nas regiões nordeste e sudeste do País. Na legislação brasileira, a prática é mencionada desde 1932. Já no Rio Grande do Sul, foi na década de 90 que surgiram inúmeras Cooperativas Escolares, sendo as duas mais antigas com registro na Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (OCERGS) a ECCUART, de Teutônia/RS, e a COUNITRA, de Victor Graeff/RS (MARINI; SILVEIRA; PACHECO, 2020).

Cabe salientar que uma das instituições de destaque no fomento a essas iniciativas é o Sicredi. Foi a partir da década de 80 que o Sistema decidiu evidenciar o conhecimento sobre o cooperativismo e a natureza societária das cooperativas para garantir a sua sustentabilidade. A estratégia adotada foi desenvolver programas sociais nas escolas, tendo como objetivo principal disseminar seus princípios e contribuir para o desenvolvimento econômico e social das comunidades.

Assim, ao longo da década de 90, a primeira iniciativa, inspirada em uma experiência vivenciada durante visita às cooperativas de crédito no exterior, foi a implantação do Programa A União Faz a Vida (PUFV) - que permanece ativo até os dias atuais. O objetivo do PUFV é construir e vivenciar atitudes e valores de cooperação e cidadania, por meio de práticas de educação cooperativa, contribuindo para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, em âmbito nacional. Nessa proposta, entretanto, o principal eixo é a assessoria pedagógica aos professores para desenvolvimento da metodologia de projetos.

Nesse período, também, surgiram algumas iniciativas de implantação de Cooperativas Escolares no Rio Grande do Sul. Paralelo a isso, ocorreu a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Tendo essa lei por objetivo a proteção integral da criança e do adolescente, um de seus focos é a erradicação do trabalho infantil. Isso fez com que muitas escolas optassem pelo fechamento de suas Cooperativas Escolares, já que as atividades ali desenvolvidas poderiam ser confundidas com laborais (MARINI; SILVEIRA; PACHECO, 2020).

A partir de uma maior segurança jurídica, colocando a proposta pedagógica das Cooperativas Escolares dentro da política educacional como uma oportunidade de preparação das crianças e adolescentes para a vida e para o mundo do trabalho, como empreendedores, foi possível uma reconstrução desse projeto, que teve início em 2010, em Nova Petrópolis/RS. Isso se deu a partir da irmandade entre o referido município e Sunchales, na Argentina. Com embasamento na pedagogia de Célestin Freinet, de pedagogos brasileiros e experiências de Cooperativas Escolares brasileiras e argentinas, o movimento se expandiu nos anos seguintes para outras cidades gaúchas e se difunde hoje pelo território nacional (MARINI; SILVEIRA; PACHECO, 2020). Esse crescimento sustentou a criação de estrutura e metodologia próprias, as quais fundamentaram o desenvolvimento do Programa Cooperativas Escolares, sendo, assim, desvinculado do PUFV no final do ano de 2019.

Falar de Cooperativas Escolares requer falar de educação integral, o que implica uma série de reflexões necessárias no contexto atual. São essas concepções que sustentam a prática pedagógica em uma Cooperativa Escolar: uma educação inovadora, integral, que coloca o estudante como protagonista do processo de aprendizagem.

Ao traçar um recorte focado nas Cooperativas Escolares fomentadas pelo Sistema Sicredi, cabe salientar que são regulamentadas a partir de importantes marcos legais: na Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências; na Lei nº 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), bem como na Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Partindo dessa sustentação legal, algumas recomendações para implementação de uma Cooperativa Escolar são: garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular; atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente; e horário especial para o exercício das atividades (MARINI; SILVEIRA; PACHECO, 2020).

Além disso, a Resolução nº 11/74, do Conselho Nacional do Cooperativismo (CNC), aponta que a Cooperativa Escolar deve ter um professor orientador, cujas funções envolvem auxiliar os associados na realização de suas atividades e responder por ela diante de terceiros. Considerando que a iniciativa é um projeto extracurricular, é importante salientar que ela deve estar integrada ao Projeto Político-Pedagógico da Escola. Outro marco legal de destaque é o decreto nº 6.481/08, que trata do trabalho infantil, conforme a Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre os limites para a realização de trabalhos educativos envolvendo crianças e adolescentes (MARINI; SILVEIRA; PACHECO, 2020).

Dessa forma, é imprescindível que todos esses pressupostos legais acompanhem o processo de alinhamento e implantação de uma Cooperativa Escolar, e que seus integrantes sempre os mantenham em vista como norteadores do trabalho. Devido a essas especificidades, é recomendado que o projeto seja efetivado com estudantes dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio.

Uma vez realizado o encaminhamento para a adesão da Escola ao Programa, tem início o processo de mobilização dos estudantes e da comunidade escolar. A participação deve atender ao primeiro princípio do cooperativismo: adesão livre e voluntária. Então, é organizada uma equipe que constitui a Comissão de Fundação da Cooperativa Escolar, com a atribuição de realizar os estudos iniciais, organização da documentação e dos Conselhos de Administração e Fiscal, para então estruturar a Assembleia Geral de Fundação. Para regulamentar a organização e o funcionamento da Cooperativa Escolar, cada grupo cria o seu estatuto social que deverá ser aprovado em Assembleia Geral.

Após essa etapa, os associados da Cooperativa Escolar têm uma decisão muito importante a tomar: definir o seu objeto de aprendizagem. Nesse aspecto, cabe ressaltar que todo trabalho educativo desenvolvido no projeto precisa estar focado no aprendizado e na formação humana das crianças e adolescentes, que atuam como pesquisadores do objeto de aprendizagem e aprendizes no seu fabrico. São inúmeras as possibilidades, porém, é primordial observar que as práticas não ofereçam riscos à saúde dos associados, bem como não é permitida a produção em larga escala. O que se orienta é que essa escolha seja fruto de um trabalho de pesquisa e conscientização, preferencialmente articulando com a realidade local e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

### 1.3 Aporte teórico do Programa Cooperativas Escolares

As reflexões e experiências sobre práticas pedagógicas que favoreçam uma educação de qualidade estão sempre presentes. Por vezes, mudança parece ser a palavra de ordem: é necessário fazer tudo diferente do que se fazia no passado. Ao olhar-se para a história e os diversos movimentos educacionais realizados no Brasil e em diferentes regiões do mundo, encontram-se influências variadas. Muitas delas continuam dialogando com o cenário atual; outras, porém, estão desconectadas e precisam ser revistas (CAMARGO; DAROS, 2018).

Nesse sentido, a proposta pedagógica do Programa Cooperativas Escolares está alicerçada na ideia do estudante como protagonista do processo de aprendizagem. Esse conceito não é novo; já era discutido no início do século XX, quando surgiu um movimento mundial chamado de Nova Escola. No Brasil, essa linha teórica - aqui chamada de Escola Nova - teve em Anísio Teixeira sua principal referência (GADOTTI, 2003).

No cenário mundial, as ideias do filósofo norte-americano John Dewey recebem destaque por colocarem a prática e a democracia como elementos essenciais na educação. Para o autor, o processo educacional tem dois lados: um psicológico e outro sociológico. Assim, a escola representa a vida social da criança e as experiências ali vivenciadas devem estar conectadas à realidade para gerarem ideias e conhecimentos a partir da prática. Por isso, a democracia tem papel fundamental, não só no campo institucional, mas também no interior das escolas, promovendo a cooperação (DEWEY, 1897).

Um importante princípio defendido por Dewey é o “learning by doing”, ou seja, aprender fazendo. Para ele, os alunos aprendem muito melhor realizando atividades relacionadas aos conteúdos ensinados. Dessa forma, para alcançar êxito no processo, alguns pontos essenciais são:

que o aluno esteja numa verdadeira situação de experimentação, que a atividade interesse, que haja um problema a resolver, que ele possua os conhecimentos para agir diante da situação e que tenha a chance de testar as suas ideias (FERRARI, 2008a).

Assim, reflexão e ação estão intimamente ligadas para promover a aprendizagem.

Outra importante voz nessa linha da Escola Nova é Célestin Freinet, pedagogo francês, cuja teoria coloca o trabalho e a cooperação em primeiro plano no contexto educacional. Para ele, um dos deveres do professor é

criar uma atmosfera laboriosa na escola, de modo a estimular as crianças a fazer experiências, procurar respostas para suas necessidades e inquietações, ajudando e sendo ajudadas por seus colegas e buscando no professor alguém que organize o trabalho (FERREIRA, 2008b).

Freinet (2004) fundamentou sua proposta pedagógica em quatro eixos: cooperação, comunicação, documentação e afetividade. Suas práticas revelam o valor de despertar, nas crianças, uma consciência de seu meio, abordando aspectos sociais e de sua história, por meio de uma relação dialética entre teoria e prática - ação e pensamento. Um exemplo disso é a proposta que estimulava histórias contadas pelos estudantes referentes às suas vidas, a partir da qual Freinet originou o texto livre e o jornal escolar. Neste último, eram compartilhados os textos livres, de alguns dos seus estudantes, escolhidos de forma democrática, e esse jornal era distribuído pela comunidade, proporcionando, assim, vínculos mais intensos entre a escola e a comunidade.

A partir do diálogo com essas referências teóricas, pode-se afirmar que as Cooperativas Escolares buscam relacionar-se intensamente com a comunidade na qual estão inseridas, promovendo a autonomia e livre expressão dos estudantes que delas participam. Dessa maneira os estudantes aprendem através da solução de problemas diários, vindos de uma situação oriunda das realidades locais e de seus próprios interesses, como salientava Dewey (1976).

Com isso, a aprendizagem numa Cooperativa Escolar precisa ser significativa para o estudante, desafiadora, instigante e problematizadora, na busca da solução de um problema ou na melhoria de algum aspecto da comunidade de forma geral. Acima de tudo, essa aprendizagem precisa ser efetiva, tendo presente o espírito do cooperativismo. Dentro desse pensamento, podem ser relacionados os quatro pilares da aprendizagem colaborativa, apresentados no Relatório Internacional sobre Educação, coordenado por Jaques Delors (1998): aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver juntos; aprender a ser. Todos eles vinculados ao desenvolvimento integral dos estudantes, aqui também enfocando o olhar para o cooperativismo.

Pode-se verificar que a experiência em uma Cooperativa Escolar possibilita aos estudantes o exercício de alguns desses princípios destacados pelos estudiosos referidos anteriormente. Propiciando aos associados se expressarem livremente, debaterem assuntos de sua realidade e interesse e, ainda, trabalharem de forma coletiva e cooperativa. Deixando de lado a competição muito comum na sociedade capitalista, estimulando o senso cooperativo.

Essa proposta incentiva a construção de aprendizagens significativas para os seus participantes, além de possibilitar a construção de uma vida cooperativa em que se deixam de lado a competição e as diferenças tão constantes no meio acadêmico, buscando, dessa forma, a equidade entre todas as expressões de pensamento e também entre as diferentes maneiras de ser e viver. Conceito esse que também se alinha à proposta da BNCC para o desenvolvimento do protagonismo estudantil a partir de competências e habilidades que visam à educação integral:

No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades (BRASIL, 2018, p. 14).

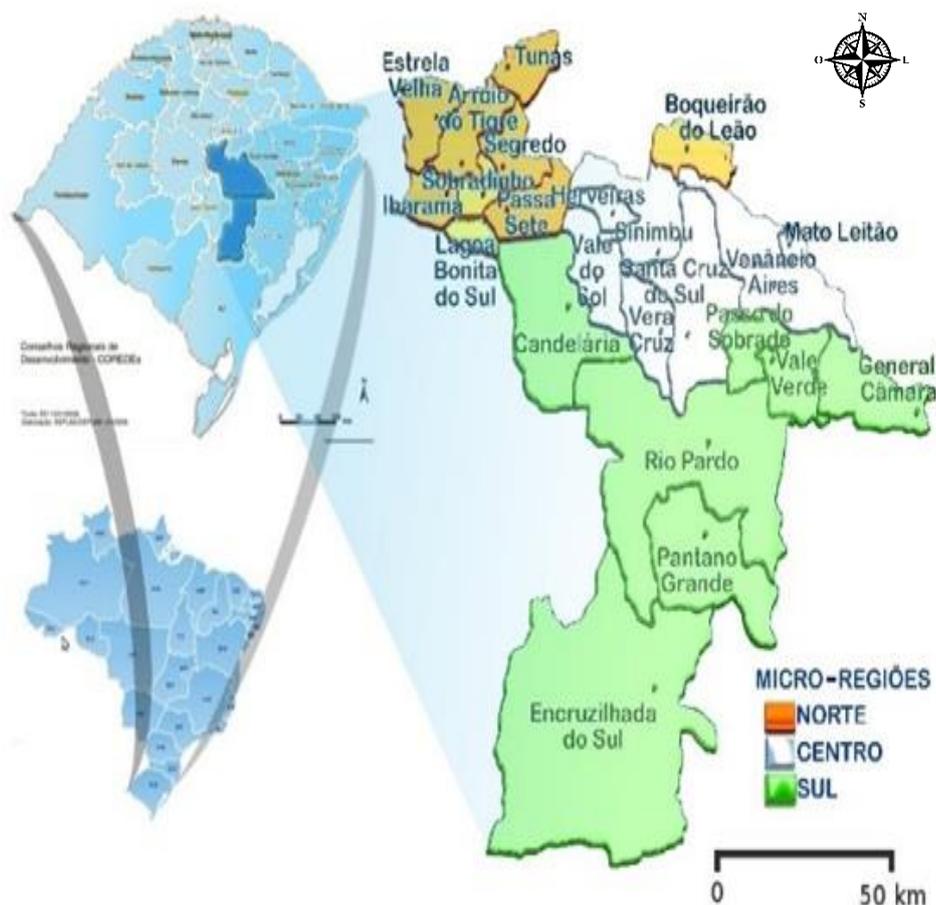
Assim, é possível constatar que o Programa Cooperativas Escolares possui significativo aporte teórico, contribuindo na prática para o desenvolvimento de habilidades e competências relacionadas ao processo de educação integral.

#### **1.4 Análise de dados referentes ao recorte selecionado no Vale do Rio Pardo/RS**

Agora, desvelado esse movimento que o Sicredi tem feito nos últimos anos, em específico no final de 2019, com o desmembramento do Programa Cooperativas Escolares do Programa A União Faz a Vida, ressalta-se o estímulo para a criação de Cooperativas Escolares, seja no Rio Grande do Sul ou em outras Unidades da Federação. Nesse sentido, serão abordados, na sequência, alguns dados secundários, levantados através de revisão bibliográfica e entrevistas informais, os quais poderão informar aos leitores a expansão do Programa até o ano de 2019.

Acredita-se ser indispensável informar ao leitor desta obra qual o recorte será discutido neste capítulo e, para isso, serão apresentados dois mapas destacando as referidas regiões. O primeiro mapa demonstra os 23 municípios da Região do Vale do Rio Pardo.

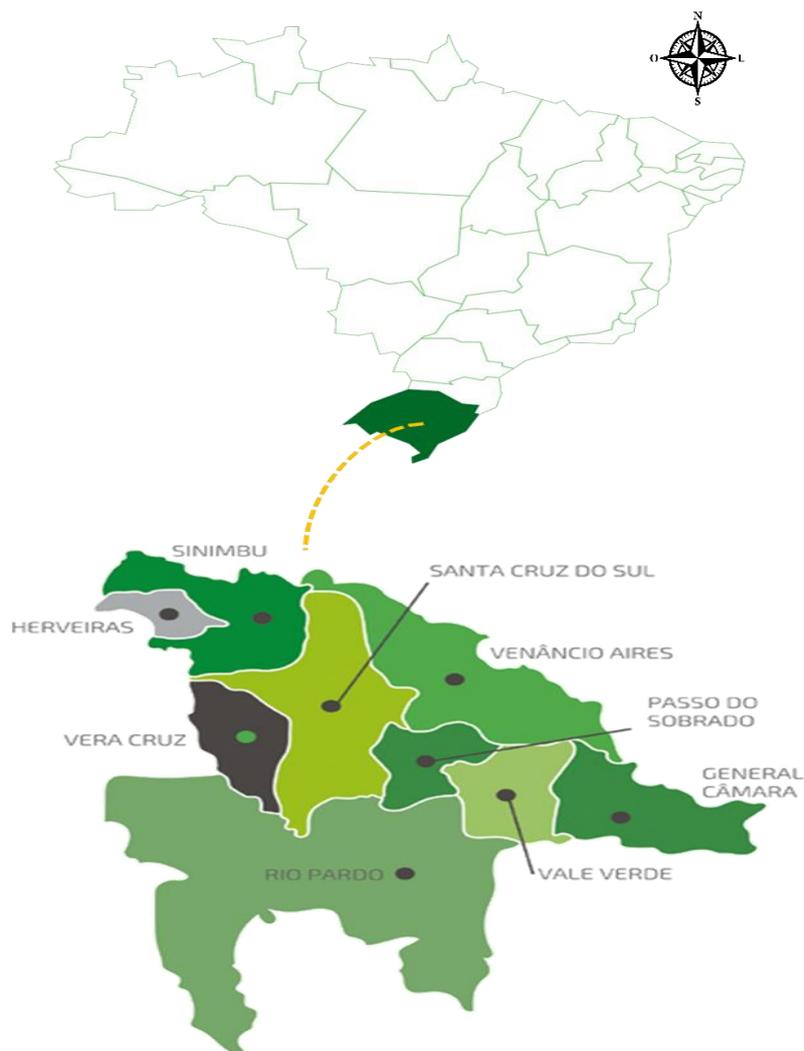
Figura 1 – Mapa dos municípios integrantes da Região do Vale do Rio Pardo



Fonte: BLOGSPOT. Disponível em: <<http://reciclagempolitica.blogspot.com/2010/02/discussao-de-pesquisa-sobre-reciclagem.html>>.

Já o mapa seguinte apresenta os municípios que estão sob orientação do Centro Administrativo da Sicredi Vale do Rio Pardo - os quais integram o Vale do Rio Pardo. O Centro Administrativo da Sicredi está endereçado em Santa Cruz do Sul e funciona como parâmetro para os demais municípios da região. Embora os nove municípios destacados a seguir possuam uma ou mais agências da Sicredi em seu território (SICREDI, 2019b), Santa Cruz do Sul é a referência na coordenação das atividades ofertadas aos estudantes integrantes das Cooperativas Escolares.

Figura 2 – Municípios sob orientação do Centro Administrativo da Sicredi Vale do Rio Pardo



Fonte: SICREDI, Relatório anual, 2019b, p. 7; adaptado pelos autores.

Com o recorte territorial já traçado, na sequência será apresentada um quadro, relacionando o total de Cooperativas Escolares, os municípios parceiros, bem como o número de estudantes envolvidos pelo Programa. Nesta apresentação, serão abordados alguns municípios do Vale do Rio Pardo, lembrando que são dados secundários coletados a partir de entrevistas informais e revisões bibliográficas, como do último relatório anual de 2019, traçando, assim, um comparativo do percentual de estudantes, municípios e Cooperativas Escolares fomentadas pelo Centro Administrativo da Sicredi Vale do Rio Pardo.

Destacam-se, na sequência, os nove municípios que estão sob orientações do Centro Administrativo, sendo eles: Rio Pardo, Vera Cruz, Santa Cruz do Sul, Vale Verde, Sinimbu, Herveiras, Passo do Sobrado, Venâncio Aires e General Câmara.

Desta forma, o quadro apresentado a seguir trará um comparativo entre os números gerais do Programa e os dados dos quatro municípios que efetivamente possuem Cooperativas Escolares, sendo eles: Herveiras, Passo do Sobrado, Vale Verde e Sinimbu.

Figura 3 – Quadro comparativo sobre municípios, estudantes envolvidos e Cooperativas Escolares

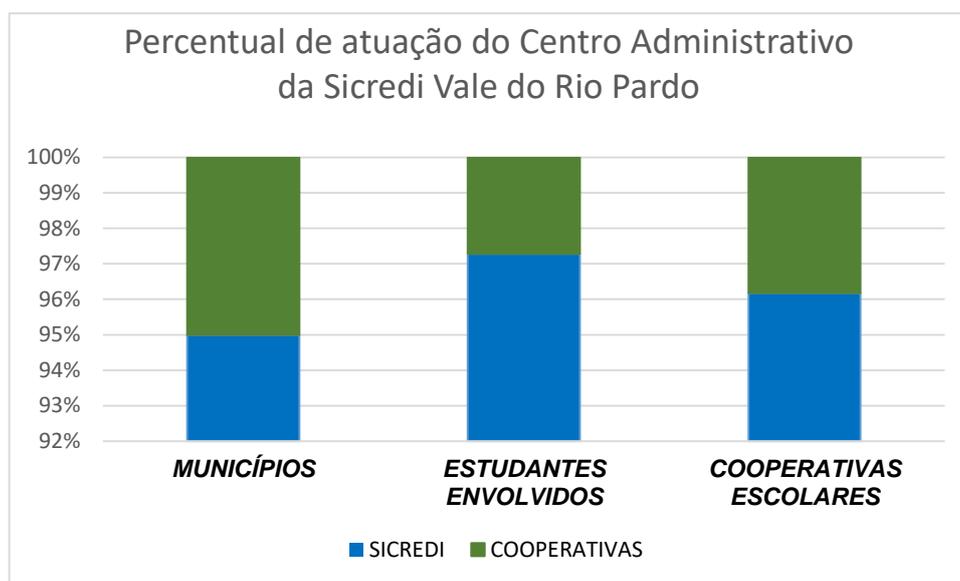
<b>COOPERATIVAS ESCOLARES – dados de 2019</b>		
	<i>Atuação geral do Sicredi</i>	<i>Atuação do Centro Administrativo da Sicredi Vale do Rio Pardo</i>
<i>Municípios parceiros</i>	<b>76</b>	<b>4</b>
<i>Estudantes envolvidos</i>	<b>8988</b>	<b>251</b>
<i>Cooperativas Escolares</i>	<b>151</b>	<b>6</b>

Fonte: adaptado pelos autores.

Dando continuidade, pode-se interpretar o gráfico a seguir, que busca traçar um comparativo percentual entre a atuação geral do Sicredi e a atividade de orientação realizada pelo Centro Administrativo da Sicredi Vale do Rio Pardo, referente aos quatro municípios que de fato possuem Cooperativas Escolares.

Desta forma, pode-se observar que, embora o percentual seja de aproximadamente 5% do total de municípios envolvidos, cerca de 4% das Cooperativas Escolares estão presentes em apenas quatro municípios da região. Chega-se a esse resultado observando que existem municípios que, embora com baixa densidade populacional, possuem duas Cooperativas Escolares. É o caso de Passo do Sobrado e Sinimbu, que juntos contabilizam quatro Cooperativas Escolares. Já Herveiras e Vale Verde possuem uma unidade cada, totalizando dessa forma seis Cooperativas Escolares em apenas quatro municípios.

Figura 4 – Gráfico sobre o percentual de atuação do Centro Administrativo da Sicredi Vale do Rio Pardo



Fonte: elaborado pelos autores.

As Cooperativas Escolares certamente impactam estudantes que vivenciam o cooperativismo e a integração social, tornando-os participantes do processo de decisão e juntos determinam os novos rumos e ações que o grupo irá tomar. Além disso, a definição do objeto de aprendizagem é fruto de um processo de pesquisa que demanda um olhar para a sua comunidade. Claramente observa-se que esse movimento mobiliza a escola, professores, estudantes e a comunidade de forma geral, trazendo reflexos positivos a todo o cenário educacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de sua longa trajetória, ainda há poucos estudos científicos sobre as Cooperativas Escolares e seus impactos no desenvolvimento dos estudantes e de suas comunidades. Nesse sentido, para compreender o percurso e a solidificação desse movimento, é imprescindível falar sobre a história do cooperativismo. Sendo a criação da “Sociedade dos Probos de Rochdale”, na Inglaterra, o modelo de referência do cooperativismo moderno.

Como prevê o estatuto cooperativista em seu quinto princípio, a educação, formação e informação cooperativa são prioridades, assim como o interesse pela comunidade (sétimo princípio). Todo o processo de implantação de uma Cooperativa é

feito em várias etapas, que vão desde o contato entre a instituição de ensino e o Sistema Sicredi até a mobilização da comunidade escolar, proporcionando oportunidades de formação cooperativista e pedagógica ao professor orientador e aos estudantes. Cabe salientar que o respeito ao primeiro princípio do cooperativismo é fundamental: adesão livre e voluntária. Para análise do processo e planejamento da continuidade, é prevista uma avaliação do projeto pelos participantes.

Dessa forma, com proposta pedagógica que prevê uma educação integral, dialogando com as demandas atuais, o Programa Cooperativas Escolares pode tornar-se uma referência nessa área. Ainda que as atividades sejam realizadas no contraturno escolar, todas as vivências estimulam o protagonismo dos estudantes – o que poderá refletir na sua forma de atuação dentro e fora da escola.

Por isso, a importância de conhecer as raízes da proposta e suas transformações ao longo do tempo, sua vinculação inicial ao Programa A União Faz a Vida, até chegar à constituição do Programa Cooperativas Escolares, cuja identidade foi desenvolvida sob responsabilidade da Fundação Sicredi – recorte esse que é o foco dessa análise.

Portanto, acredita-se que essa pesquisa não está finalizada, pois o movimento aqui apresentado indica expansão para os próximos anos. Deste modo, pretende-se continuar os estudos referentes ao tema, acompanhando a evolução do Programa e coletando informações que permitam verificar os impactos dessas vivências cooperativas aos estudantes, instituições e comunidades envolvidas.

## REFERÊNCIAS

BALZAN, A. D. R. *Cooperativas Escolares: A experiência da Cooperativa Escolar Bom Pastor*. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2018.

BLOGSPOT. *Discussão de Pesquisa sobre Reciclagem no Vale do Rio Pardo*. Reciclagem – Sustentabilidade política. 2010. Disponível em: <<http://reciclagempolitica.blogspot.com/2010/02/discussao-de-pesquisa-sobre-reciclagem.html>> Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.

CAMARGO, D.; DAROS, T. *A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo*. Porto Alegre: Penso, 2018.

CURY, C. R. J. *Base Nacional Comum Curricular: Dilemas e Perspectivas*. 1º. ed. São Paulo: Cortez, 2018, v. 1.

DAHRENDORF, R. *Sociologia de la Industria y de la Empresa*. México, UTEHA, 1965. 172 p.

DELORS, J. (org.) *Educação: um tesouro a descobrir*. Paris: Unesco, 1996.

DEMO, Pedro. *Pesquisa Participante: saber pensar e intervir juntos*. 2. ed. Brasília: Liber, 2008.

DEWEY, John. *My Pedagogic Creed*. School Journal, vol. 54, 1897, p 77-80.  
Disponível em: <<http://dewey.pragmatism.org/creed.htm>> Acesso em 12 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. *Experiência e educação*. Trad. A. Teixeira. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1976.

FREINET, C. *Pedagogia do bom senso*. Trad. J. Baptista. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FERRARI, M. John Dewey, o pensador que pôs a prática em foco. *Revista Nova Escola*. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/1711/john-dewey-o-pensador-que-pos-a-pratica-em-foco>> Acesso em: 02 jul. 2020. 2008a.

\_\_\_\_\_. Célestin Freinet, o mestre do trabalho e do bom senso. *Revista Nova Escola*. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/1754/celestin-freinet-o-mestre-do-trabalho-e-do-bom-senso>> Acesso em: 10 maio. 2020. 2008b.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. *História das ideias pedagógicas*. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2003.

MARIANI, E.; SILVEIRA, P.; PACHECO, P. *Fica a Dica! Para professor(a) orientador(a) de Cooperativas Escolares*. Porto Alegre: Fundação de Desenvolvimento Educacional e Cultural do Sistema de Crédito Cooperativo - Fundação Sicredi, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONSERRÁT, J. *Cooperativismo e Cooperativas Escolares*. 1. Ed. Porto Alegre: Illus, v. 1, 1949.

NORONHA, A. V. et al. *Cooperativismo*. Curso ministrado nas Faculdades de Guarulhos: Cupolo Ltda. – Lopes de Oliveira, 1976.

POLÔNIO, W. A. *Manual das sociedades cooperativas*. 4ª edição. Atlas, 04/2004.

SCHNEIDER, J. O. *Educação e Capacitação Cooperativa: os desafios no seu desempenho*. 1 ed. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

SICREDI. *Guia do Programa Cooperativas Escolares*. Central Sul/Sudeste. 2019a.

\_\_\_\_\_ *Relatório anual. 2019b.* Disponível em  
<file:///C:/Users/User/Desktop/Cooperativismo%20E-book/sicredi-relatorio-2019-  
versao-final-web.pdf> Acesso em: 02 ago. 2020.